



VIII SIPEM
SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE PESQUISA
EM EDUCAÇÃO MATEMÁTICA



Sociedade Brasileira de
Educação Matemática



22 a 27 de novembro de 2021

Reconhecimento de pessoas LGBTQ+: reflexões a partir da leitura e escrita do mundo pela matemática

Recognition of LGBTQ+ people: reflections based on reading and writing the world with mathematics

Tadeu Silveira Waise
Universidade Federal do Rio de Janeiro
waise@matematica.ufrj.br

Agnaldo da Conceição Esquinalha
Universidade Federal do Rio de Janeiro
agnaldo@im.ufrj.br

Resumo

Este trabalho se dedica em refletir sobre as ideias de inclusão e respeito à população LGBTQ+ em aulas de matemática a partir da perspectiva de reconhecimento de Axel Honneth. Além disso, objetiva pensar em como a educação matemática pode impactar a luta pelo reconhecimento dessa população. São consideradas outras discussões, como currículo e diversidade, e as ideias de leitura e escrita do mundo com matemática, de Eric Gutstein, e processos de micro/macroexclusões e micro/macroinclusões. Espera-se, com isso, o fomento da discussão sobre a diversidade sexual e de gênero no campo da educação matemática e nas aulas dessa disciplina como meio para combater as injustiças sociais e de crítica à realidade vigente, ainda repleta de cenários de discriminação.

Palavras-chave: Diversidade sexual; Diversidade de gênero; Educação Matemática.

Abstract

This work is dedicated to reflecting on the ideas of inclusion and respect for the LGBTQ+ population in mathematics classes from the perspective of Axel Honneth's recognition. In addition, it aims to think about how mathematics education can impact the struggle for recognition of this population. Other discussions are considered, such as curriculum and diversity, and Eric Gutstein's ideas of reading and writing the world with mathematics, and processes of micro/macroexclusions and micro/macroinclusions. With this, it is hoped that the discussion about sexual and gender diversity in the field of mathematics education and in the classes of this discipline will be fostered as a means to combat social injustices and to criticize the current reality, which is still full of discrimination scenarios.

Keywords: Sexual diversity; gender diversity; Mathematics Education.

Introdução

Diversos foram os avanços alcançados pela comunidade LGBTQ+¹ até os dias contemporâneos. Muitas dessas conquistas se deram no campo político. No Brasil, vemos isso nos resultados das eleições municipais de 2020. A Aliança Nacional LGBTQ+ publicou nesse

¹ Lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis, intersexuais, e outras sexualidades e identidades de gênero.



22 a 27 de novembro de 2021

ano uma matéria, Voto Com Orgulho, revelando que 48 prefeitas(os) e vereadoras(es) publicamente LGBTQ+ foram eleitas(os). Por outro lado, o território nacional é um dos palcos mais sangrentos do mundo, sendo o país onde mais se mata pessoas transexuais no mundo². Partindo para o âmbito internacional, relações homoafetivas são consideradas crime em 72 países, sendo que em 13 deles as pessoas podem ser condenadas à pena de morte³. Embora a diversidade seja uma característica da humanidade, ela é frequentemente condenada ao se tratar das sexualidades e identidades de gênero.

Conforme o Projeto de Estudo sobre Ações Discriminatórias no Âmbito Escolar⁴ as principais vítimas de bullying e discriminação no ambiente escolar são homossexuais, negros e pobres. Mais, revelou que 40% das(os) diretoras(es) consultadas(os) já viu ou soube de casos de discriminação contra pessoas LGBTQ+ nas suas escolas. O estudo ainda fez uma correlação entre aprendizagem e preconceito: quanto mais eram presentes cenários de preconceito na instituição estudada, pior era o desempenho médio de todas(os) as(os) alunas(os) em português e matemática. Assim, cabe questionar: a instituição escolar possui algum papel na luta contra esses preconceitos e recorrentes atentados à vida?

Em busca de aceitação e reconhecimento, é frequente que diversas crianças e adolescentes, em uma posição de submissão, permitam-se moldar pelo conteúdo e práticas violentamente normativas presentes no espaço escolar, já que elas, por vezes, não são reconhecidas nem mesmo por suas(eus) professoras(es) (MISKOLCI, 2012). Enquanto isso, a instituição escolar é constantemente associada a espaços formadores, não somente no sentido acadêmico, como também da formação cidadã. Não obstante, documentos como a Declaração Universal sobre a diversidade cultural (UNESCO, 2002) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) (BRASIL, 1997) trazem a importância do respeito à diversidade, sendo necessário fazê-los valer na escola.

Entretanto, para além da recomendação de essa temática ser levada para o espaço escolar e da formação docente, alguns questionamentos podem ser feitos: como isso seria desenvolvido nas instituições de ensino? Alguma disciplina daria conta disso? Conforme os PCN, não é suficiente concentrar essas questões em uma única disciplina, tampouco seria

² <https://g1.globo.com/politica/stories/2021/02/01/visibilidade-trans-brasil-e-o-pais-que-mais-mata-transexuais-no-mundo.ghtml>

³ <https://queer.ig.com.br/2021-03-13/lista-aponta-72-paises-do-mundo-perigosos-para-ser-gay-veja-quais.html>

⁴ <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/relatoriofinal.pdf>

possível. Ao contrário, os Parâmetros (Brasil, 1997) sugerem uma transversalidade: ao considerar a temática da Orientação Sexual uma unidade temática comum a todas as disciplinas, deveria ser trabalhada em todas as aulas, inclusive as de matemática. Assim desdobramos outro questionamento: como as aulas de matemática e os cursos de licenciatura nesta área auxiliam a combater ou a perpetuar cenários de reconhecimento de pessoas LGBT+?

Diante dessas perguntas, este texto, um recorte de Waise (2021), se apoiou sobre a Teoria do Reconhecimento (considerando a interpretação de Axel Honneth), a fim de propor reflexões sobre como se constituem os cenários de reconhecimento de pessoas LGBT+ nas aulas de matemática e nos cursos de licenciatura nessa área, articuladas com a ideia de leitura e escrita do mundo com matemática.

A Teoria do Reconhecimento a partir da perspectiva de Axel Honneth

A Teoria do Reconhecimento discute como os indivíduos se reconhecem, em nível interpessoal e intrapessoal. Consequentemente, também questiona como o processo de reconhecimento auxilia na construção da autonomia dos indivíduos. Proposta originalmente por Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831), já foi reinterpretada a partir de diversas(os) outras(os) filósofas(os), tendo sido aqui escolhidos os trabalhos de Axel Honneth (1949-), professor de Filosofia Social da Universidade de Frankfurt.

A partir desse prisma, a palavra reconhecimento tem um sentido maior do que “identificar algo”. Isto é,

reconhecimento é quando um indivíduo conhece e reconhece um outro tal como este é em suas características, essência e personalidade. Em outras palavras, a dinâmica do reconhecimento ocorre quando os indivíduos ao perceberem-se como sujeitos, veem de maneira mútua, que a particularidade de cada um é reconhecida pelo outro. (CELICH, 2017, p. 2).

Assim, reconhecer é um processo que requer reciprocidade entre os indivíduos. No caso em que as pessoas passem a se reconhecer, sentimentos como autoconfiança, autorrespeito e autoestima, são desenvolvidos, culminando para o desabrochar da autonomia individual. Em um processo de constante mudança, o ser humano sente novas necessidades de reconhecimento, o que faz do reconhecimento um “desenvolvimento espiral onde [...] o indivíduo aprende a conhecer e realizar novas dimensões de sua própria identidade” (SOUZA, 2000, p. 134).

Quando os sujeitos não são reconhecidos por suas subjetividades, iniciam-se as lutas por reconhecimento. Elas ocorrem principalmente quando a “semântica coletiva que permite interpretar as experiências de desapontamento pessoal como algo que afeta não só o eu individual mas também o círculo de muitos outros sujeitos” (HONNETH, 2003, p. 258). Exemplos dessas lutas são manifestações de movimentos sociais a favor de alguma causa.

Honneth explicita que o reconhecimento ocorre por meio de três esferas: amor, direito e solidariedade, tal como concebia Hegel. A primeira culmina no desenvolvimento da autoconfiança corporal e emocional do indivíduo, uma vez que se sinta confortável para expressar seus sentimentos e necessidades. A segunda é desenvolvida quando somos reconhecidas(os) como membras(os) de uma comunidade que possui uma estrutura jurídica, baseada no princípio da equidade e com os direitos fundamentais se fazendo cumpridos. Fomentando o autorrespeito, a partir dessa esfera experimenta-se um “progresso no modo de socialização, pois [...] cada indivíduo podia saber-se ao mesmo tempo como uma pessoa de direito autônoma e como o membro social de uma comunidade jurídica” (HONNETH, 2003, p. 101). Por fim, a esfera da solidariedade se refere ao reconhecimento das capacidades de cada um(a), as quais devem ser entendidas como independentes de suas subjetividades. Para o autor, as pessoas e grupos sociais estão constantemente buscando mostrar “o valor das suas capacidades associadas à sua forma de vida”. (HONNETH, 2013, p. 207).

Para cada esfera do reconhecimento há uma equivalente forma de desrespeito: maus tratos e violação, privação de direitos e degradação moral e injúria, respectivamente. A primeira ocorre quando o indivíduo é privado, talvez por se sentir coagido, de se manifestar corporalmente e emocionalmente. Isso compromete principalmente sua integridade psíquica. A segunda se desenvolve diante de injustiças no campo jurídico. A última, quando a dignidade individual é ameaçada. Isso pode ocorrer por meio da desvalorização dos méritos de alguém por conta de uma característica sua, como gênero, raça/etnia e sexualidade, por exemplo.

Diante dessas esferas, podemos questionar se esse reconhecimento se dá no processo de formação de professoras(es) de matemática e, também, nas aulas da Educação Básica, envolvendo, inclusive pessoas LGBTQ+. Na seção seguinte traremos reflexões para nos ajudar a pensar nesta questão.



22 a 27 de novembro de 2021

Por uma educação matemática crítica e diversa

Como as disputas políticas, em especial quando voltadas para práticas sociais, impactam o currículo escolar? Para quem defende a inserção da temática da diversidade sexual e de gênero no currículo, é latente que

os currículos escolares tornaram-se artefatos, ao mesmo tempo almejados e atacados, controlados e criticados, desejados e perseguidos. [...] Seguimos em uma espécie de corda bamba, nos equilibrando como podemos, respondendo aos ataques. (PARAÍSO; RANNIERY, 2019, p. 1405).

De fato, o “currículo é território político, ético e estético incontrolável que, se é usado para regular e ordenar, pode também ser território de escapes de todos os tipos” (PARAÍSO; CALDEIRA 2018, p. 13). Dessa forma, as práticas e os currículos escolares não estão embebidos de uma neutralidade política, uma vez que elas se constroem no meio de tensionamentos e disputas de poder entre aquelas(es) envolvidas(os) na sua constituição. Além disso, a escola é uma instituição que recebe olhares constantes da sociedade, como por meio de opiniões sobre o que deve ou não ser estudado, como e quando, mesmo que essas concepções não venham de alguém de área especializada, como vemos com frequência a partir de manifestações de grupos conservadores. É por isso que a escola “é campo de batalha prioritário, além de ser um dos alvos principais dos vetos e dos protestos da sociedade civil e dos representantes políticos, o que, por vezes, se materializa nas alterações das políticas públicas educacionais” (CARDOSO et al., 2019, p. 1459).

Se o currículo é visto como o conjunto de “quês” e “comos” que serão abordados, justifica-se um interesse de setores políticos em querer controlá-lo. Assim, a disputa curricular parte do desejo em governar o outro a partir de um conjunto de valores éticos próprios de determinado grupo, sujeitando o outro aos seus padrões. Quando a sua elaboração parte de um público que condena a diversidade sexual e de gênero, perpetua-se um cenário sociocultural em que a normatividade heterocisgênera mantém-se no centro.

Um exemplo é o ocorrido em 2001, quando foi lançado o primeiro Plano Nacional de Educação (PNE), estabelecendo metas para o decênio que sucede sua publicação. Dentre seus objetivos, o décimo segundo responsabiliza a União por

incluir nas diretrizes curriculares dos cursos de formação de docentes temas relacionados às problemáticas tratadas nos temas transversais, especialmente no que se refere à abordagem tais como: gênero, educação sexual, ética (justiça, diálogo, respeito mútuo, solidariedade e tolerância), pluralidade cultural, meio ambiente, saúde e temas locais. (BRASIL, 2001, p. 35).



Entretanto, setores conservadores da sociedade pressionaram o governo federal antes da publicação final do documento, em nome da suposta defesa da “família tradicional brasileira”, aquela que exclui pessoas LGBTQ+. O mesmo aconteceu com o projeto Escola Sem Homofobia, quando houve o que seria chamado pelos mesmos setores como o “kit gay”.

Uma situação similar ocorreu com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), publicada em 2018. Em uma das primeiras versões, o tratamento de termos “diversidade sexual e de gênero” se fez presente. Entretanto, foi retirado da versão final do documento, sendo substituído por algo mais ameno, com ideias como “respeito à diversidade”, de forma ampla. Por isso, destacamos que “há um projeto social, uma engenharia de produção de corpos normais, que extrapola os muros da escola, mas que encontrará nesse espaço um terreno fértil de disseminação” (BENTO, 2011, p. 555-556).

Faustino et al. (2018) nos ajudam a pensar sobre como esse processo de macroinclusão, transformando a pauta numa questão “maior”, sem especificar os termos gênero e sexualidade, como ocorreu nessa substituição na BNCC, pode levar a microexclusões, marginalizando determinados grupos de estudantes. As(os) autoras(es) consideram como microexclusões aquelas práticas que ocorrem sutilmente, podendo passar de forma despercebidas por outras pessoas, mas que geram grande sofrimento em quem é excluído. Já as macroinclusões, nesse processo de envolverem todos os indivíduos, incluindo-os sob um guarda-chuva da máxima do “precisamos incluir”, são impostas muitas vezes por meio de “leis ou decretos, os quais tendem a surgir a partir de lutas e de movimentos sociais em favor” dos grupos excluídos (p. 901). Logo, constate-se que

O professor pratica microexclusões, de forma consciente ou não, em situações nas quais ele deixa de reconhecer as características particulares dos estudantes que possuem necessidades educacionais especiais, ou que interage, de forma ativa, apenas com os estudantes que têm bom desempenho nas disciplinas; ou, até mesmo, quando não dá valor às opiniões e aos posicionamentos dos estudantes por questões relacionadas à raça, etnia, gênero ou orientação sexual. Além disso, em um momento de diálogo, o professor pode dirigir sua escuta ativa apenas àqueles que considera que corresponderão às suas expectativas em relação à aprendizagem. Portanto, uma microexclusão pode ser manifesta durante as interações entre professor e estudante. (FAUSTINO et al., 2018, p. 904).

Ao se referirem às aulas de matemática, as(os) autoras(es) também reforçam que tais microexclusões, que não levam em considerações as subjetividades, muito por serem esmagadas pelas suas massificações, podem “fazer com que o estudante não se sinta parte da

turma. E tal ocorrência, acontecendo repetidas vezes, pode contribuir para que ele se isole e não queira participar das atividades” (FAUSTINO et al., 2018, p. 906).

Na instituição escolar, existe o discurso de que falar sobre a diversidade sexual e de gênero é um tabu ou uma “ideologia de gênero”. A origem desse termo anterior decorre de um “projeto que visa reafirmar o estatuto de autoridade moral das instituições religiosas [...]ou salvaguardar sua influência em contextos mais secularizados” (JUNQUEIRA, 2018, p. 452). Porém, isso constitui um desrespeito à população LGBTQ+, uma vez que é um projeto que invisibiliza esse grupo social e que, inclusive, a condena por alguma perturbação da ordem, contribuindo para a manutenção da discriminação contra a mesma. Assim, se torna necessário questionar como abordar esta temática a partir dos trechos de documentos oficiais à disposição, como a BNCC, e de trabalhos de relatos de pesquisas.

Consideremos a ideia de ler e escrever o mundo com matemática (GUTSTEIN, 2006). Sob influência de ideias de Paulo Freire (1921-1997) e motivado pela perspectiva de uma educação matemática crítica, Gutstein percebe e questiona as injustiças sociais que nos cercam, e se debruça sobre as ideias de ler e escrever o mundo com matemática. Para explicar a importância de sua inserção no espaço escolar, o autor afirma:

Estudantes precisam estar preparados, a partir da educação matemática, a investigarem e criticarem injustiças, e desafiar, com as palavras e ações, estruturas práticas opressoras – isto é “ler e escrever o mundo” com matemática. [...] Essencialmente, para ler o mundo é necessário entender as condições sociopolíticas e históricas de uma vida, comunidade, sociedade e o mundo; e escrever o mundo é efetivamente mudá-lo. Eu entendo que a educação matemática pode servir a grandes lutas que promovam a emancipação humana que Paulo Freire (1970/1998) escreveu em “A Pedagogia do Oprimido”. (GUTSTEIN, 2006, p. 4, tradução nossa).

Sob essa perspectiva, o exercício da leitura e escrita do mundo com matemática poderia ser um meio para combater as injustiças e desrespeitos que atingem à população LGBTQ+, tal como objetivam as lutas por reconhecimento. Afinal, “a integração social de uma coletividade política só pode ter êxito irrestrito na medida em que lhe corresponde o lado dos membros da sociedade” (HONNETH, 2003, p. 108). Isto é, uma educação que exerce esse caráter crítico promove o movimento espiral do reconhecimento.

Para ilustrar essas considerações, citamos a sequência de atividades proposta por Barros

22 a 27 de novembro de 2021

(2020) a partir das ideias de Gutstein. O autor, a partir do *Google Imagens*⁵, pede a participantes de sua pesquisa, moradoras(es) e outras pessoas presentes em um casa de acolhimento de pessoas LGBTQ+ no interior de São Paulo, que pesquisem termos como “casal gay”, “transsexuais” e “família”. Na maioria das vezes, o site retornou famílias compostas por casais heterossexuais e a transexualidade foi associada a perspectivas negativas, como desemprego e marginalização. Essa contextualização serviu para motivar discussões sobre o tema, problematizando determinados estigmas que cercam essa minoria e o conceito de norma. Além disso, a atividade também envolveu um estudo sobre como o algoritmo de buscas do Google funciona e quais suas relações com matrizes e computação.

Desse modo, diversos fatores colaboram ou dificultam o tratamento da temática da diversidade sexual e de gênero nas escolas e nas aulas de matemática. O currículo, sujeito aos ideais e perspectivas de quem o estrutura, é um espaço político, de disputas, isento de uma neutralidade. Assim, a presença ou ausência de temas como a diversidade sexual e de gênero são produtos desses embates. Por isso, torna-se um papel político e necessário às pessoas que ensinam matemática desconstruir discursos de ódio e desrespeito à comunidade LGBTQ+, o que implica em “minar, escavar, perturbar e subverter os termos que afirma e sobre os quais o próprio discurso se afirma” (LOURO, 2001, p.548), a fim de promover o reconhecimento das(os) alunas(os) em questão.

A leitura e escrita do mundo a partir das aulas de matemática e o reconhecimento de indivíduos LGBTQ+

Em uma pesquisa sobre diversidade sexual e de gênero com estudantes de licenciatura em matemática de 16 instituições públicas fluminenses, Guse, Waise e Esquincalha (2020) trazem algumas percepções de parte das(os) participantes da pesquisa que só reforçam estereótipos de gênero e reproduzem discursos de ódios em relação a pessoas LGBTQ+ e a possível discussão sobre o tema em aulas de matemática na Educação Básica ou Superior. Estes dados denunciam a urgência por mais discussões a respeito no campo da Educação Matemática para que as pesquisas e práticas nas aulas de matemática fomentem o reconhecimento, o respeito e valorizem as diversidades. Para produção dos dados, um questionário online foi respondido por 710 estudantes dos cursos citados.

⁵ Serviço de pesquisa na internet que seleciona imagens a partir de palavras-chave pesquisadas na guia de busca. <https://www.google.com/imghp?hl=pt-br>.

22 a 27 de novembro de 2021

A discriminação é um impasse para o reconhecimento de estudantes LGBTQ+, em qualquer espaço. A esfera do amor do reconhecimento honnethiano decorre do desenvolvimento de uma relação de cuidado e carinho, a qual também pode ser encontrada na escola. Afinal, diversas são as figuras de autoridade ali presentes que devem promover o bem-estar do corpo estudantil.

Os dados produzidos na pesquisa de Guse, Waise e Esquinca (2020) revelaram diversos discursos preconceituosos de futuras(os) professoras(es) de matemática. Em um ambiente conduzido por profissionais que carregam esse preconceito, as habilidades de leitura e escrita críticas do mundo podem ser deixadas de lado, transformando as aulas de matemática em algo como uma série de fórmulas a serem memorizadas. Um exemplo, é visto na fala transcrita abaixo, em relação à seguinte pergunta: “Em algum momento da sua formação escolar algum professor falou sobre questões de gênero e sexualidade? Em que disciplina(s)? Em que tom: como construção de (auto)conhecimento ou com tons críticos e preconceituosos?”.

Não, na escola aprendi português, matemática e as matérias de ciências e artes. Isso eu aprendi com a vida e amigos [...]. Por favor senhor me ensinando, faça uma pesquisa de relevância cultural. Aborde temas como Leibniz ou a física de Newton ou mesmo como podemos descomplicar cálculos para facilitar o aprendizado. (Licenciando em Matemática)

Sobre isso, trazemos uma contribuição de D’Ambrosio (2009):

Sem dúvidas será possível papagaiar alguns teoremas, decorar tabuadas e mecanizar a efetuação de operações, e mesmo efetuar algumas derivadas e integrais, que nada têm a ver com nada nas cidades, nos campos ou nas florestas. Alguns dirão que vale como a manifestação mais nobre do pensamento e da inteligência humana... (D’AMBROSIO, 2009, p. 114).

Ao citar nomes próprios, como Leibniz e Newton, a resposta dá a entender que somente essa matemática é digna de ser trabalhada em classe. Ainda, ao dizer que “isso eu aprendi com a vida e amigos”, parece que não é possível haver uma sistematização e práticas efetivas para o combate da discriminação no espaço escolar. Mas, com a vida e amigos poder ser algo muito tarde para quem sofre preconceito o não consegue encontrar seu lugar na escola por se sentir deslocada(o) desde a tenra infância. É relevante pontuar que o “armário” é a realidade de muitas(os) estudantes (e professoras(es)), uma vez que, sem o devido amparo e constante desvalorização de suas subjetividades, perde-se a autoconfiança “em si e no mundo, que se estende até as camadas corporais do relacionamento prático com os sujeitos, emparelhadas com

22 a 27 de novembro de 2021

uma espécie de vergonha social” (HONNETH, 2003, p. 215). Isso pode ser ainda mais veemente quando a disciplina é a matemática, campo historicamente marcado por estereótipos de gênero. Conseqüentemente, é possível que a esfera do amor não seja exercida plenamente quando a figura docente não é atenta a essas questões.

A esfera do direito talvez seja a mais explícita ao pensarmos em uma educação crítica, no incentivo de uma a leitura e escrita do mundo com matemática. Os corpos das pessoas que participam do processo de aprendizagem são mais que estudantes, não somente existem no mundo. Eles se relacionam com terceiros(os) constantemente, e, nessa comunidade social na qual estão inseridos, há leis que, em tese, devem garantir o exercício dos seus direitos fundamentais, como à vida, liberdade e igualdade.

Honneth (2003) chama atenção para a importância da dignidade na construção de um sentimento de pertencimento à comunidade jurídica que cerca as pessoas. É esse sentimento que o autor situa como o autorrespeito, que é produto do cumprimento pleno dessa esfera do reconhecimento. A ausência desse autorrespeito é ainda mais perceptível quando “os sujeitos sofrem de maneira visível com a sua falta [...], empreendendo comparações empíricas com grupos de pessoas” (p. 197). Isto é, quando presenciam cenários de desigualdade.

Gutstein (2006), ao trazer uma série de relatos de experiências de atividades que exercitam a leitura e escrita crítica do mundo com matemática, relembra uma que batizou de “Dados sobre o racismo no custo de moradias” (tradução nossa). Nela, realizou um trabalho comparativo entre o custo do aluguel de moradias em bairros com maioria populacional negra e em bairros cuja maioria era branca. A partir de investigações sobre os custos das moradias, as(os) estudantes tinham a tarefa de comparar tais valores e discutir os possíveis porquês sobre as discrepâncias entre eles. Assim, essa atividade de comparação é um meio para se discutir a ausência do cumprimento da esfera do direito.

Os dados numéricos, como os coletados por meio de pesquisas, podem ser uma boa ferramenta para avaliarmos o cumprimento ou não dessa esfera. Por exemplo, ao tratarmos do índice de desemprego entre a população transgênera e cisgênera, poderíamos concluir que, em termos percentuais, a primeira é muito mais atingida pela falta de emprego. Por que isso acontece? O direito fundamental da igualdade está sendo exercido? Na busca pelas respostas a essas perguntas, estaríamos aprendendo a ler o mundo com a matemática. E, ao utilizarmos a mesma para avaliar essas informações e buscar formas de alterar a realidade, escrevendo-o.

22 a 27 de novembro de 2021

Quanto ao uso de dados percentuais e de pesquisas, verificamos na pesquisa que, em resposta à questão “Você considera que este tópico, sexualidades e gêneros, deve ser discutido e abordado nas aulas de matemática na educação básica? Em caso afirmativo, possui ideias de como?”, muitas(os) pensaram na Estatística como uma estratégia para trazer a pauta da diversidade sexual e de gênero para as aulas dessa disciplina. Isso seria possível pois, a partir dessas informações, diversas discussões e retratos da desigualdade poderiam ser levados para classe.

Sobre a solidariedade, uma resposta à mesma pergunta anterior, citou que um professor de História recomendou que a sua classe assistisse ao filme “Jogo de Imitação”. Esse longa retrata a vida de um matemático, Alan Turing, que sofreu diversos preconceitos após a descoberta de sua homossexualidade, mesmo após suas contribuições para a vitória dos Aliados na Segunda Guerra Mundial. Afinal, o trabalho de Alan Turing, retratado na produção recomendada, é menosprezado a partir do momento que sua sexualidade é descoberta, o que é clara violação da solidariedade.

Além disso, essa atividade poderia ter sido trazida pela(o) professor(a) de matemática da turma e isso promoveria uma discussão sobre a esfera da solidariedade. Assim, a partir da indicação do filme, seria possível promover a reflexão sobre os impactos que “[a] perda d[a] possibilidade de entender a si próprio como um ser estimado por suas propriedades e capacidade características” (HONNETH, 2003, p. 218) podem causar em alguém. Louro (1997), sobre essa discussão, pontua que diversas “teorias foram construídas e utilizadas para “provar” distinções físicas, psíquicas, comportamentais; para indicar diferentes habilidades sociais, talentos ou aptidões por conta das subjetividades entre as pessoas” (p. 45).

Considerações finais

A partir dos dados produzidos, consideramos que as aulas de matemática podem ser um espaço de luta por reconhecimento, de fomento de uma leitura e escrita crítica do mundo. Isso, entretanto, exige que elas sejam um espaço de escuta, debate e constante aprendizado com a diferenças. Um primeiro passo é enxergar a escola, o currículo e as aulas de matemática como locais que oprimem as minorias, seja de forma explícita, seja de forma invisível, como por meio de macro e microexclusões.

Dessa forma, devemos questionar constantemente se as aulas de matemática se preocupam em desenvolver as habilidades de leitura e escrita do mundo de forma crítica, tal como se ela pode auxiliar no processo de reconhecimento de estudantes LGBTQ+. A aula de matemática, por vezes, não é vista como um espaço para discutir pautas de diversidade sexual e de gênero. Ao conceber-se essa disciplina como neutra e apolítica em relação a questões sociais, podemos cair na ignorância, como docentes, de não refletir sobre essa pauta cotidiana e levar a mesma prática para nossas(os) estudantes, contribuindo para cenários de desrespeito não só para estudantes LGBTQ+.

Referências

- BARROS, D. D. Ler e escrever o mundo com a matemática: refletindo sobre estereótipos e a visibilidade da comunidade LGBTQ+. **Revista Paradigma**, Ribeirão Preto, v. XLI, n. 2, p.583-601, 2020.
- BENTO, B. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 19, n. 2, mai./ago. 2011.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Terceira versão revista. Brasília: MEC, 2018.
- BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. 1997. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>>. Acesso em: 23/06/2020.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação**, 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/L10172.pdf>>. Acesso em: 23/06/2021.
- CARDOSO, L. R.; GUARANY, A. L. A.; UNGER, L. G. S.; PIRES, M. A. GÊNERO EM POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO E CURRÍCULO: DO DIREITO ÀS INVENÇÕES. **Revista e-Curriculum**, v. 17, n. 4, p. 1558–1479, 2019.
- CELICH, G. C. Conflitos homofóbicos na escola e a Teoria do Reconhecimento. **Seminário internacional fazendo gênero 11 & 13th Women's World's Congress**. Florianópolis, 2017. Disponível em: <http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1496076998_ARQUIVO_ConflitosHomofobicosnaescolaeteoriadoreconhecimento-ArtigoCongresso.pdf>. Acesso em 22/05/2020.
- D'AMBROSIO, U. **Educação Matemática: da teoria à prática**. Campinas: Papirus, 2009.
- FAUSTINO, A. C.; MOURA, A. Q.; SILVA, G.; MUZINATTI, J. L., SKOVSMOSE, O. Macroinclusão e microexclusão no contexto educacional. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 12, n. 3, p. 898–911, 2018.
- FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa**. 25. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- GUTSTEIN, E. **Reading and writing the world with mathematics: toward a pedagogy for social justice**. Nova Iorque: Routledge, 2006.

22 a 27 de novembro de 2021

- HONNETH, A. **Luta por reconhecimento**: a Gramática Moral dos Conflitos Sociais. 2.ed. São Paulo: Câmara Brasileira do Livro, 2003.
- JUNQUEIRA, R. D. A invenção da "ideologia de gênero": a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. **Revista Psicologia Política**, São Paulo, v. 18, n.43, p.449-502, 2018.
- LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 16.ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.
- LOURO, G. L. Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. **Revista Estudos Feministas**, v. 9, n. 2, p. 541–553, 2001.
- MISKOLCI, R. **Teoria Queer**: um aprendizado pelas diferenças. 2. ed. Belo Horizonte: UFOP, 2012.
- PARAÍSO, M.; CALDEIRA, M. C. Currículos, gêneros e sexualidades para fazer a diferença. **Pesquisas sobre currículos, gêneros e sexualidades**. (Orgs.). Belo Horizonte: Mazza, 2018, p.13-22.
- PARAÍSO, M.; RANNIERY, T. CONFRONTOS E RESISTÊNCIAS NAS POLÍTICAS CURRICULARES E EDUCACIONAIS: APRESENTAÇÃO DO DOSSIÊ TEMÁTICO. **Revista e-Curriculum**, v. 17, n. 4, p. 1405-1413, 2019.
- SOUZA, J. Uma teoria crítica do reconhecimento. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, n. 50, p. 133-158, 2000.
- UNESCO. **Declaração Universal sobre a diversidade cultural**. Disponível em:
<https://www.oas.org/dil/port/2001_Declaracao_Universal_sobre_a_Diversidade_Cultural_da_UNESCO.pdf>. Acesso em 16/07/2020.
- WAISE, T. S. **Cenários de reconhecimento em contextos de minorias sexuais e de identidades de gênero na aula e na formação inicial de docentes de matemática**. 2021. 145f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Matemática), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.